

AÇÕES AFIRMATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR: EFEITOS NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES

HELOÍSA MARCELLE DA SILVA BRITO^{1,2*} PRISCILA PAVAN DETONI^{2,3}

1 Introdução

O racismo é uma violação que atravessa a vivência das pessoas negras desde os primeiros dias de sua existência. Esse contexto impacta a saúde mental das crianças e adolescentes negros e negras, gerando sentimentos autodepreciativos, problemas de sociabilização, inibição comportamental, estresse crônico (Dias *et al.*, 2021; Brito *et al.*, 2024). Na pesquisa desenvolvida por Brito *et al.* (2024) foi evidenciado os efeitos negativos do racismo sobre a saúde mental de adolescentes na escola de ensino fundamental II, desenvolveu-se a sequência da proposta de estudo através da observação participante com encontros de capacitação com os(as) professores(as), onde foi abordado sobre a lei de cotas, a lei que prevê o ensino obrigatório da cultura e história afro-brasileira e indígena nos espaços escolares, bem como disponibilizado material didático para a efetivação do marco legal e consequente construção de uma escola antirracista. Os efeitos adversos da discriminação, fator preditivo de dificuldades mais tarde na vida, é capaz de inibir o desenvolvimento em potencialidade do indivíduo e sua saúde mental. Nesse contexto, a superação dessa problemática, perpassa pelo papel transformador da educação, já que segundo Freire (1996) a educação é um ato político e, nesse sentido, a prática educativa tem que ser crítica e criadora, não pode ser mecanicamente repetitiva ou neutra (Freire, 1996). Sob essa ótica, a relevância dessa pesquisa reside na possibilidade de evidenciar as indagações e viabilizar o papel dos(as) educadores(as) no enfrentamento ao racismo.

2 Objetivos

Analisar a percepção de professores(as) de uma escola de ensino fundamental II em Passo Fundo, norte do Rio Grande do Sul, acerca das formas de enfrentamento ao racismo e seus efeitos psicossociais em adolescentes.

¹ Formanda do curso de Medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Passo Fundo, **bolsista**. contato: heloisa.brito@estudante.uffs.edu.br

² Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde, Mulher e Gênero.

³ Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia social e Institucional e Pós-Doutora em Antropologia Social, Docente UFFS Campus Passo Fundo, **Orientador(a)**. Contato: priscila.detoni@uffs.edu.br

3 Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa-intervenção (Mendes *et al*, 2016), do tipo etnográfica, que objetivou entender a percepção de professores(as) do ensino fundamental II acerca dos efeitos psicossociais causados pelo racismo em seus(suas) alunos(as) adolescentes e suas formas de enfrentamento, através de continuidade ao estudo que já tinha sido realizado na mesma escola com estudantes adolescentes sobre os efeitos do racismo na saúde mental (Brito *et al*, 2024), com consentimento institucional, dos responsáveis, dos docentes e devida aprovação no parecer do Comitê de ética da Universidade Federal da Fronteira Sul sob número 5.736.372. Participaram da pesquisa-intervenção 20 professores(as), todos brancos, somente 3 homens, 3 encontros cada grupo de uma escola pública localizada em Passo Fundo/RS. Para isso, utilizou-se como instrumento orientador o material “Vamos falar de racismo”, de autoria de Alexandra Loras e Maurício Oliveira (2021), o qual possui 100 perguntas para discutir preconceito e gerar conscientização. Posteriormente os resultados foram analisados através da análise temática, e restituídos com o grupo a cada novo encontro, de forma a ampliar as discussões elencadas (Minayo, 2012).

4 Resultados e Discussão

Percepções dos(as) professores(as) sobre o racismo

A reflexão sobre o termo “racismo” e como ele é entendido depende de sua vivência e história e é fundamental para o processo de desconstrução. A discussão sobre a pergunta "se existem privilégios de pessoas brancas na escola" gerou desconforto para alguns professores, já que muitos afirmam que "não há preconceito nesta escola", isso porque, segundo eles, “a escola tem poucos alunos negros”. Evidencia-se que o racismo é capaz de se tornar invisível em contextos com baixa diversidade, assim é mais difícil reconhecer os sistemas discriminatórios em funcionamento. O racismo molda a subjetividade, na medida em que a ação do indivíduo se mantém sobre uma estrutura social historicamente escravocrata, que, de forma inerente, perpetua o racismo, não precisando de uma ação consciente para existir (Almeida, 2019). No entanto, é válido elencar que a vivência do racismo estrutural, de suas formas explícitas e sutis impactam o aprendizado, o comportamento, a saúde física e mental infantil, o que foi discutido no grupo de docentes. Episódios cotidianos de racismo têm um efeito, por vezes, "invisível" e duradouro e cruel sobre a saúde, o corpo e o cérebro de crianças e adolescentes (Idoeta, 2020). Quando se abordou sobre a identificação e reconhecimento

peçoal do racismo, houve a percepção de atitudes que podem ser vistas como racistas e a necessidade de mudança de perspectiva, o que corrobora para a internalização da revisão do preconceito, a partir da identificação de suas atitudes e vivências. Para promover escolas antirracistas é fundamental a conscientização dos(as) professores(as) sobre como o racismo atua em níveis sistêmicos e individuais na perpetuação institucional (Legette *et al.*, 2023).

(Re) conhecer as Cotas: reescrevendo o futuro

A Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) estabeleceu a política de cotas para acesso ao ensino superior público. E a Lei nº 10.639 (Brasil, 2003) tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Essas políticas têm o intuito de mitigar desigualdades históricas e promover a igualdade de oportunidades. Dessa forma, a discussão sobre as cotas, especialmente para pessoas negras e indígenas, se destacou durante a capacitação. Muitos(as) professores(as) reconhecem a coerência social desses instrumentos. A questão das oportunidades e não apenas das capacidades é um tema recorrente, pois esses docentes reconhecem que estudantes negros, frequentemente oriundos da periferia e de escolas públicas, não têm acesso aos mesmos recursos culturais e sociais que os estudantes brancos. Isso inclui desde o acesso a livros até oportunidades de socialização que são vitais para o desenvolvimento acadêmico e pessoal. Alguns docentes demonstraram desconhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e cotas, o que evidencia uma lacuna no conhecimento de direitos e recursos que poderiam ser usados para promover a igualdade de oportunidades. A capacitação promovida pela pesquisa-intervenção auxiliou na sensibilização dos educadores para encorajá-los a apoiar suas ações de ensino. Nesse contexto, é importante entender que a escola também apresenta importância significativa como espaço de diálogo sobre as cotas, no sentido de tratar a temática de maneira aprofundada, como iniciativa da própria instituição e não apenas individual de um docente. Uma vez que o melhor entendimento sobre as ações afirmativas possibilitaria a mudança da perspectiva de enfrentamento ao processo seletivo de ingresso no ensino superior, bem como delimitaria e favoreceria o planejamento de suas ambições para o acesso à universidade pública (Barroso; Cassab, 2024).

Desafios da Educação transformadora

Na capacitação surgiu o debate sobre a falta de ensino adequado sobre o continente africano e a herança negra no Brasil fruto da educação eurocêntrica e branca que, por vezes, apaga ou minimiza a contribuição negra para a construção do país, segundo percepção dos docentes. O conhecimento sobre figuras históricas negras e a importância de incluí-las na

educação escolar poderia ajudar a inibir essa problemática, segundo os participantes. Nesse contexto, os docentes trouxeram a necessidade da representatividade negra na formação dos estudantes para o fortalecimento da auto-estima e saúde mental. Além disso, evidenciaram a abordagem de temas como a cultura egípcia e o mês da consciência negra como possibilidade de reconstruir um ambiente mais inclusivo. Uma das professoras afirma, de forma bastante significativa, que "trabalhar com o racismo é trabalhar com a humanidade", pois sugere que a abordagem das questões raciais não deve ser vista apenas como uma "temática" específica, mas como parte do desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade.

5 Conclusão

A oportunidade disponibilizada pela instituição escolar, e seus docentes, que abraçaram a pesquisa-intervenção, simboliza o engajamento e a seriedade na busca de trabalhar com o racismo no manejo da superação de um contexto estrutural. Muitas atitudes racistas no cotidiano são sutis e quase imperceptíveis, portanto, é necessário uma educação que não só fale sobre o racismo, mas que também ensine a agir contra ele. Conforme indica a Teoria Racial Crítica, o racismo opera de forma integral na maioria das relações sociais. Diante disso, o papel de educadores dispostos a favorecerem a justiça social não deve se encerrar na constatação do racismo. As proposições do Letramento Racial Crítico sinalizam a importância de interrogar discursos e comportamentos, além de empreender ações antirracistas em todos os ambientes de atuação, inclusive atrelados ao cuidado em saúde mental. Na escola, por exemplo, é necessário incentivar a ruptura de silêncios e a recusa da neutralidade do currículo, do material didático e abertura para encaminhamentos de cuidado integral, e a articulação da produção de uma saúde e educação antirracistas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BARROSO, L. A. B.; CASSAB, C. A. **A política de cotas também como direito à juventude: o debate realizado com discentes da rede pública de Juiz de Fora – MG. Relato de experiência.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/381673168>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRITO, H. M. S.; DETONI, P. P.; FIABANI, A.; SARAIVA JUNIOR, J. R. F. Adolescência negra: uma etnografia sobre os efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil. **Desidades** (Rio de Janeiro), n. 39, p. 1–25, maio-ago. 2024. DOI: 10.54948/desidades.v1i39.62076.

DIAS, L. R.; JANUÁRIO, E.; PEREIRA, N. S.; OLIVEIRA, W. T. F.; TRIPODI, Z. F. **Estudo nº VII: Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância.** Núcleo Ciência Pela Infância, 2021. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IDOETA, P. A. Quatro efeitos do racismo no cérebro e no corpo de crianças, segundo Harvard. BBC News Brasil, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55239798>. Acesso em: 12 set. 2024.

LEGETTE, K. S.; LARSON, S. V.; THOMAS, R. A. Teachers’ awareness of systemic and individual racial bias as a first step towards anti-racist schools, 2023. Disponível em: https://cdr.lib.unc.edu/concern/file_sets/qn59qk29w. Acesso em: 10 jul. 2025.

LORAS, A.; OLIVEIRA, M. **Vamos falar de racismo: 100 perguntas para discutir preconceito e gerar conscientização.** 1. ed. São Paulo: Matrix, 2021. 100 p. ISBN 978-655-616-071-9.

MENDES, R.; PEZZATO, L. M.; SACARDO, D. P. Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1737–1746, jun. 2016.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** 12. ed. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2012.

Palavras-chave: ações afirmativas; adolescentes; escola; professores; racismo

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2024- 0272

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

